

ZONEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS PAISAGENS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A descrição do espaço agrário é a primeira etapa de qualquer abordagem do estudo e da descrição das formas de agricultura existentes e, sobretudo, do espaço geográfico em que se desenrolará a evolução e a diferenciação dos sistemas agrários.

Nesse sentido, é fundamental definir o que se entende por espaço agrário. De acordo com Milton Santos (1980), “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (p.122). Esse viver comum realiza-se no espaço – seja qual for a escala – do lugarejo, da grande cidade, da região, do país inteiro, do mundo (Suertegaray, 2000). A ordem espacial é a ordem geral que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. Segundo Leibniz (1695), citado por Santos (1997, p. 127), o espaço é a ordem possível das coexistências.

Outro conceito fundamental, também muito caro aos geógrafos e de fundamental importância para o estudo de realidades agrárias, e que nos permite uma melhor compreensão do que venha a ser o espaço agrário, é o conceito de *paisagem*. Esse conceito possibilita, segundo Suertegaray (2000), uma análise unificada e ampla do espaço, pois “percebemos paisagem como um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja o da conjugação de elementos naturais/tecnificados, socioeconômicos e culturais” (p. 22). Portanto, ao interpretar o espaço geográfico como paisagem, buscamos reconstituir a expressão materializada da sociedade visualizada pelo observador. Já Milton Santos (1980) afirma que “tudo o que vemos, o que a vista alcança, é a paisagem”. Para este autor, a paisagem não é “formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (p. 61).

Pode-se também definir paisagem como o conjunto de elementos que caracterizam uma unidade geográfica no plano físico ou humano. Assim, uma paisagem pode ser considerada como o conjunto de características do meio e das modificações provocadas pela civilização humana que moldam sucessivamente o quadro inicial, configurando a consciência das sociedades humanas. Paisagem torna-se, então, sinônimo de ambiente nos processos de percepção do espaço, confundindo-se com a concepção de “espaço vivido” (Suertegaray, 2000).

De modo geral, a primeira etapa de um diagnóstico de sistemas agrários consiste na realização de um zoneamento desse espaço, isto é, de um zoneamento regional²⁰. O zoneamento consiste no ordenamento, estruturado e sistemático, que resulta do processo de identificação de um espaço geográfico no qual os elementos do tipo ecológico e do tipo antrópico se articulam entre si de maneira organizada e finalizada. O espaço geográfico deve necessariamente ser definido e delimitado de maneira clara e precisa pelo observador/pesquisador, na forma de uma ou várias paisagens agrárias. É importante ressaltar que tal delimitação do espaço geográfico é uma “construção” progressiva, segundo as necessidades e interesses do observador/pesquisador. Deve-se, igualmente, proceder à caracterização do espaço geográfico com uma descrição das diferentes “paisagens agrárias” e de suas características fundamentais do ponto de vista geomorfológico, natural e humano.

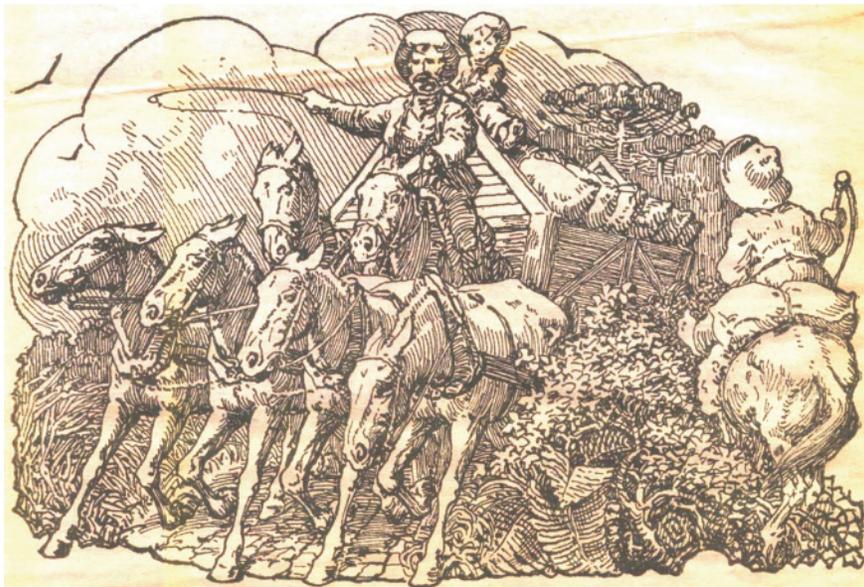
Para a produção de um zoneamento, recorre-se a fontes de informação bastante variáveis e amplas. Essas fontes de informação podem ser primárias ou secundárias. As fontes de informação primárias consistem em informações e dados coletados diretamente pelo pesquisador através de pesquisa de campo (leitura da paisagem, entrevistas, etc.). As fontes secundárias consistem em informações coletadas por terceiros e apropriadas pelo pesquisador através de pesquisa bibliográfica (análise de mapas, relatórios de pesquisa, relatos de viajantes, etc.).

É a confrontação das informações obtidas nessas diferentes fontes de informação, realizada pelo observador/pesquisador, que permite a elaboração do zoneamento de um espaço agrário. Portanto, o procedimento de elaboração de um zoneamento caracteriza-se por ser, ao mesmo tempo, **intencional** (sabe-se o que se quer estudar/analisar), **progressivo** (deve ser realizado em etapas progressivas e ordenadas) e **subjetivo** (é o produto do observador/pesquisador, de acordo com seus interesses e necessidades).

A escala geográfica de abrangência desse zoneamento depende das necessidades do pesquisador/observador. O espaço agrário a ser estudado pode ser considerado como o estudo de uma só paisagem, no caso de esse espaço apresentar uma relativa homogeneidade, ou de paisagens distintas, no caso da existência de uma relativa diversidade de situações. A primeira situação ocorre geralmente quando o espaço agrário a ser estudado é relativamente restrito, como, por exemplo, em estudos de microrregiões (localidades agrícolas ou mesmo municípios). Em contrapartida, em estudos que abordam escalas geográficas em nível meso ou macro (regiões ou mesmo estados e países), o estudo do espaço agrário pode revelar uma infinidade de paisagens agrárias distintas. Nesse caso, pode-se dizer que o espaço agrário a ser estudado consiste em um “mosaico” de paisagens agrárias.

20 Os procedimentos para a descrição de um espaço agrário foram apresentados no primeiro capítulo deste livro. Recomendamos a releitura desse capítulo.

O Rio Grande do Sul revela grande número de paisagens, resultado da combinação da ação do homem ao longo dos séculos com um espaço agrário marcado por características geomorfoambientais bastante diferenciadas.

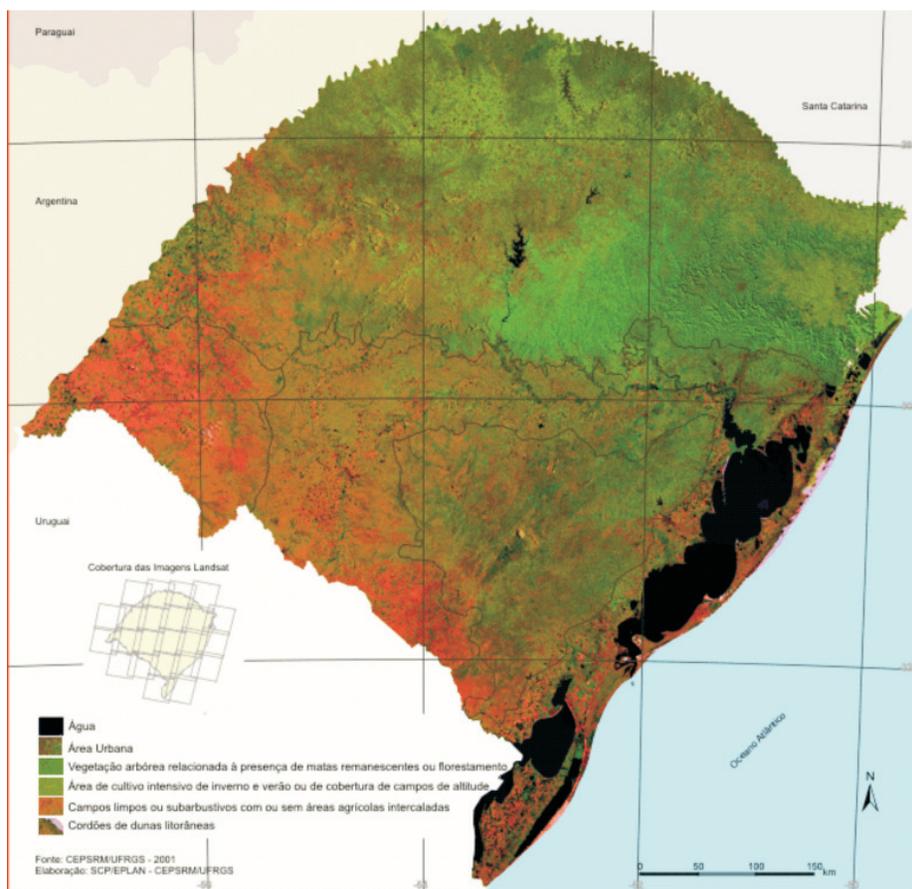


O carro de transporte comercial, no período colonial do Rio Grande do Sul
José Lutzenberger, série O Colono [s. d.].

Suertegaray & Guasselli (2004) dividem o espaço agrário gaúcho em cinco grandes unidades de paisagem, basicamente a partir da compartimentalização do relevo, do uso do solo e da cobertura vegetal.

Estas unidades de paisagem são: Planalto Basáltico, Cuesta do Haedo, Depressão Central, Escudo Sul-Rio-Grandense e Planície Costeira (SUERTEGARAY & GUASSELLI, 2004).

O **Planalto Basáltico** caracteriza-se por apresentar uma superfície ondulada, tendo em sua porção leste as maiores altitudes e escarpas abruptas. À medida que se avança para o oeste, a escarpa apresenta-se gradativamente rebaixada. Destacam-se três subunidades de paisagem: Campos de Cima da Serra, Floresta e Agrícola. A subunidade Campos de Cima da Serra, de uso pastoril, corresponde às áreas de topo do Planalto Basáltico, com altitudes em torno de 1.000 metros, relevo de colinas e cobertura vegetal predominante de campos. A subunidade Floresta compreende as escarpas do Planalto e áreas de maior altitude e é coberta em grande parte por florestas de Mata Atlântica, Floresta de Araucárias e Floresta Subtropical. A subunidade Agrícola, antigamente coberta por florestas e, em menor grau, por campos sujos, é marcada pela presença de colinas e pela predominância de atividades de lavoura anuais.



Mosaico de imagens do Rio Grande do Sul, onde se destacam as diferentes vegetações e ocupações do solo

Fonte: CEPSRM, 2001.

A **Cuesta do Haedo**, localizada no extremo sudoeste do estado, com uma altitude que varia entre 80 metros (Rio Uruguai) e 350-400 metros (extremo leste), tem como cobertura original uma vegetação de campos entremeados de matas de galeria. Destacam-se três subunidades de paisagem: Campos Limpos, Campos Sujos e Agrícola. A subunidade Campos Limpos é dominante na parte sul; nela predominam campos de gramíneas e solos rasos. Assim como a subunidade Campos Limpos, a subunidade Campos Sujos tem uso pastoril e apresenta uma cobertura de gramíneas associadas a arbustos de pequeno porte e solos arenosos. A subunidade Agrícola é marcada pelo cultivo de arroz irrigado nas várzeas dos principais rios, em especial, o rio Uruguai.

A **Depressão Central** apresenta baixa altitude e é uma bacia sedimentar com colinas. Apresenta duas subunidades: Campos da Depressão Central e Agrícola. Com uso pastoril, a subunidade Campos da Depressão Central é a paisagem predominante nesta paisagem e apresenta uma cobertura de campos associados a mata de galeria. A subunidade Agrícola é marcada pela existência das bacias hidrográficas dos rios Jacuí e Ibicuí, onde predomina o cultivo de arroz irrigado.

O **Escudo Sul-Rio-Grandense** constitui a estrutura geológica mais antiga do Rio Grande do Sul (pré-cambriano), com relevo que varia de plano a forte ondulado e uma altitude que varia entre 100 e 400 metros. Destacam-se duas subunidades de paisagem: Campos do Sudeste e Campos Mistos. Com uso pastoril, a subunidade Campos do Sudeste situa-se na parte centro-oeste, tem cobertura de gramíneas e relevo que varia de plano a ondulado (coxilhas). A subunidade Campos Mistos, localizada na porção centro-leste desta unidade de paisagem, apresenta cobertura de gramíneas associada a uma vegetação arbórea.

A **Planície Costeira** corresponde à porção leste do Rio Grande do Sul e foi formada por diversos processos sedimentares. Destacam-se três subunidades: Agrícola, Campos Litorâneos e Dunas. A subunidade Agrícola está situada no entorno dos grandes corpos lagunares e é constituída de áreas de cultivo de arroz irrigado. A subunidade Campos Litorâneos é formada por extensas áreas planas, também no entorno das lagunas, e tem uso pastoril. A subunidade Dunas ocupa a linha da costa e é utilizada para reflorestamento ou para fins imobiliários.

A visualização do espaço agrário gaúcho, em sua forma atual, como apresentado acima, é fundamental para a compreensão do modo de utilização desse espaço. No entanto, o processo de ocupação do espaço agrário deste estado foi fortemente influenciado por certas condicionantes geográficas. A principal dessas condicionantes se encontra, sem sombra de dúvida, nas características originais da vegetação natural. Como ressaltado por Nilo Bernardes, em seu estudo *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul* (1997), as características da vegetação natural foram fundamentais nas primeiras etapas do processo de ocupação e exploração do território gaúcho, tanto no período pré-colombiano como no período colonial. Deve-se levar em consideração que, nas primeiras etapas da ocupação do espaço agrário gaúcho, os meios técnicos de que dispunham as populações humanas para intervir e moldar o meio natural eram restritos e limitados. Assim, qualquer tentativa de reconstituir a evolução e a diferenciação dos sistemas agrários do estado deve ser baseada em uma regionalização que destaque as características da vegetação natural.

Além da leitura da paisagem (ver Anexo do primeiro capítulo), documentos cartográficos são uma excelente fonte de informações para a realização de zoneamentos de espaços agrários. Para o estado do Rio Grande do Sul, sugerimos os seguintes mapas:

- ▶ Vegetação: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/objetos/vegetacao.pdf>>
- ▶ Biomas: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/objetos/biomas.pdf>>
- ▶ Clima: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/objetos/clima.pdf>>
- ▶ Relevo: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/objetos/relevo.pdf>>
- ▶ Solos: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/objetos/solo.pdf>>

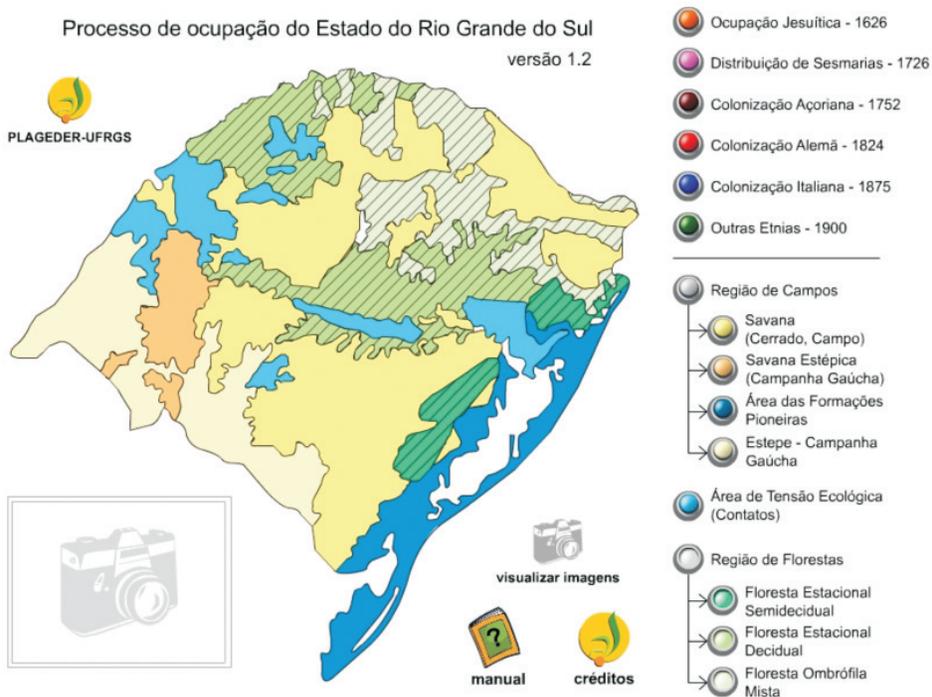
Além desses mapas, muitos documentos cartográficos relativos ao Rio Grande do Sul podem ser obtidos em sites na Internet, destacando-se os seguintes:

- ▶ <<http://www.ibge.gov.br>>

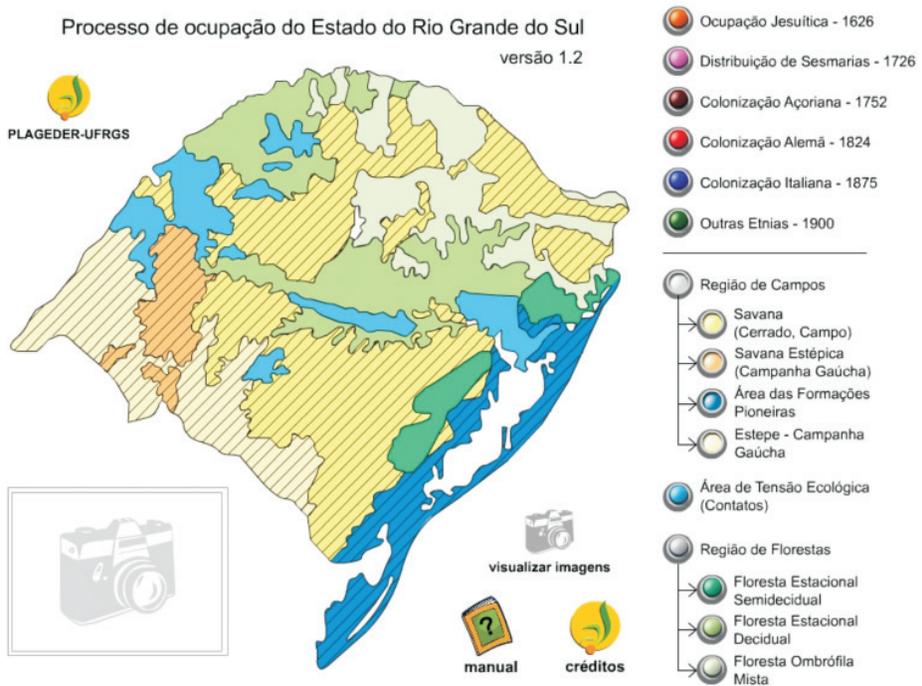
- ▶ <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/default.asp>>
- ▶ <<http://www.earth.google.com/intl/pt/>>

A EVOLUÇÃO E A DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL

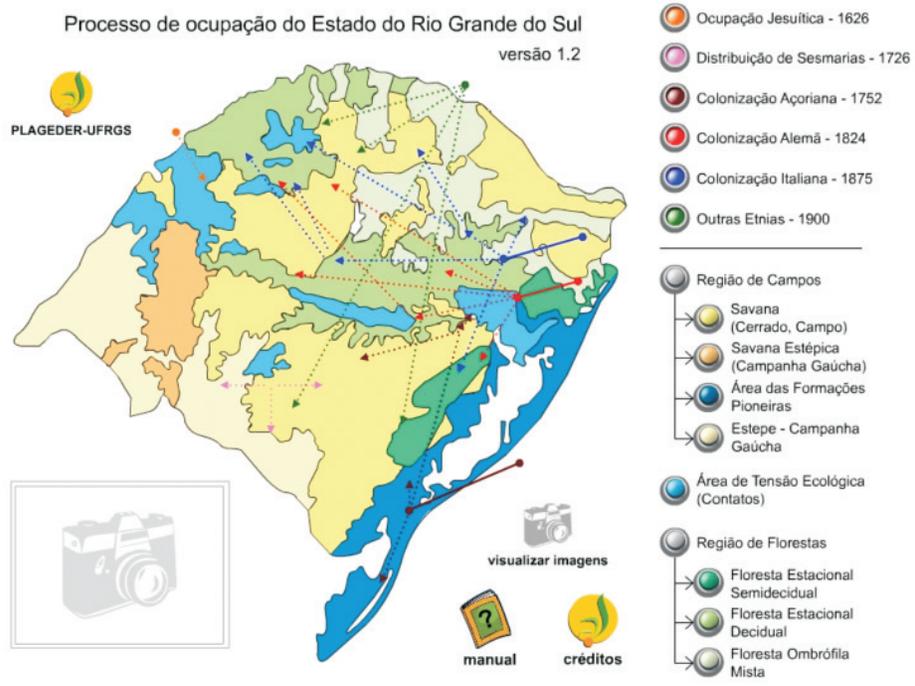
O espaço agrário gaúcho é fortemente marcado por uma heterogeneidade do meio natural. Com efeito, a análise desse espaço agrário revela uma grande diversidade de situações do ponto de vista geomorfoambiental. Esta situação marcou de maneira clara e indiscutível o processo de ocupação humana, proporcionando um processo histórico diferenciado e bastante particular. De fato, o estudo da história da agricultura no Rio Grande do Sul revela a existência de duas grandes linhas de evolução e diferenciação dos sistemas agrários. A primeira linha de evolução ocorreu nas regiões fisiográficas originalmente cobertas por uma vegetação de campos (estepes e savanas do tipo arbóreo aberto, parque ou gramíneo-lenhoso). A segunda linha de evolução ocorreu nas regiões fisiográficas originalmente cobertas por uma vegetação de floresta (floresta ombrófila densa ou mista, floresta estacional semidecidual ou decidual). Cabe ressaltar que, nas regiões de transição campo-floresta (as chamadas “áreas de tensão ecológica”), as duas linhas de evolução dos sistemas agrários ocorreram simultânea e concomitantemente.



Representação da região de Campos, no estado do Rio Grande do Sul
Adaptado de: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2009.



Representação da região de Florestas, no Estado do Rio Grande do Sul
Adaptado de: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2009.



O processo de ocupação do estado do Rio Grande do Sul
Adaptado de: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2009;
e Secretaria de Planejamento do estado do Rio Grande do Sul (1997).

Podem-se ver estas figuras em animação, acessando o link <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/objetos/objeto.swf>>. Além do processo de ocupação e colonização do Rio Grande do Sul, encontram-se ali representadas imagens com paisagens das diferentes regiões do estado.

Pode-se igualmente representar esse processo histórico, utilizando como referencial a abordagem de sistemas agrários. O quadro abaixo restitui de maneira esquemática, as duas linhas de evolução, destacando os principais sistemas agrários que se sucederam ao longo da história do Rio Grande do Sul, desde o período pré-colombiano até os dias de hoje, tanto na região de Campos quanto na região de Florestas.

Vegetação / região fisiográfica	Grandes etapas da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul					
Campo	Sistema Agrário Indígena (até 1600) - Gês (caçadores / coletores) - Tupi-Guaranis (agricultores / caçadores / coletores)	Sistema Agrário Vacaria Del Mar (1600-1700) - "caça" gado xucro (couro) - "apressamento" de índios	Sistema Agrário Tropicirismo/Sesmarias (1700-1800) - gado em pé - muarens / bovinos	Sistema Agrário Estâncias (1800-1910) - criação de gado extensiva - charque	Sistema Agrário Contemporâneo Inicial (1910-1960/1970) - criação de gado extensiva melhorada (I) - arroz irrigado	Sistema Agrário Contemporâneo Atual (1960/1970-...) - Revolução Verde - criação de gado extensiva melhorada (II) - grandes lavouras - reflorestamento
Transição Campo / Floresta						
Floresta	Sistema Agrário Indígena - Gês - Tupi-Guaranis Sistema Agrário Caboclo - agricultura queimada - subsistência / erva-mate	Sistema Agrário Colonial Inicial (1820-1900) - alemães (1824) e italianos (1875) - agricultura queimada / tração animal leve - policultura colonial (I)	Sistema Agrário Colonial Contemporâneo (1900-1960/1970) - tração animal leve - policultura colonial (II) - "enxameamento"	Sistema Agrário Contemporâneo Atual (1960/1970-...) - Revolução Verde - policultura comercial / integração agroindústria - grandes lavouras		

Genealogia e principais linhas de evolução e diferenciação dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul
 Elaborado por: Lovois Miguel, 2009.

A reconstituição da evolução e da diferenciação dos sistemas agrários da região de Campos, no Rio Grande do Sul, revela a existência de seis grandes sistemas agrários, desde o período pré-colombiano até os dias atuais.

O primeiro sistema agrário, **Sistema Agrário Indígena**, teve início com a colonização do espaço agrário gaúcho por populações pré-colombianas de caçadores/coletores (especialmente do grupo Gês), aos quais se juntaram, mais recentemente, populações indígenas de agricultores/caçadores (especialmente Tupi-Guaranis). Essas populações exploravam os recursos naturais de maneira direta (caça/coleta) e realizavam a agricultura de derrubada-queimada. Os meios de produção eram essencialmente manuais, e a produção, destinada ao autoconsumo.

O segundo sistema agrário, **Sistema Agrário Vacaria Del Mar**, ocorreu a partir do século XVII e teve como elemento de base a exploração do gado bovino xucro (“chimarão”) pelos indígenas e “homens livres” (os “gaúchos”). Os bovinos de raças ibéricas foram introduzidos no Rio Grande do Sul pelos jesuítas, a partir de 1626, e se disseminaram rapidamente pelas regiões de campos. Os bovinos eram caçados visando à exploração do couro. Este período também foi marcado pelo processo de apressamento e desmantelamento das populações indígenas por parte de bandeirantes vindos do sudeste do Brasil (especialmente de São Vicente).

O terceiro sistema agrário, **Sistema Agrário Tropeirismo/Sesmarías**, implantou-se no início do século XVIII e teve como elemento de base o apressamento dos bovinos e muares xucros e sua condução a pé para as regiões do sudeste do Brasil. Essa situação ocorreu devido à descoberta de ouro em Minas Gerais, que passou a demandar uma quantidade crescente de alimentos e animais de transporte. A intensificação do tropeirismo de animais proporcionou as condições para a instalação de tropeiros e militares ao longo dos caminhos e das zonas de criação de bovinos e muares. A instalação perene dessas populações visava a organizar a captura desses animais (em parte sesmarías com uma grande área) para a prestação de serviços (estalagens, albergues, etc.) ou tinha objetivos militares ou administrativos (proteção da fronteira, cobrança de tributos e impostos, etc.).

O quarto sistema agrário, **Sistema Agrário Estâncias**, teve seu começo marcado pela decadência do tropeirismo e pelo aparecimento das charqueadas. Ao invés de serem tropeados para o centro do Brasil, os bovinos passaram a ser enviados às localidades do Rio Grande do Sul com maior facilidade de acesso (ao longo de rios e lagos), onde eram abatidos e transformados em charque. Em função das particularidades desse novo mercado, constatou-se uma melhoria das práticas de manejo da criação dos bovinos nas estâncias de criação de gado.

O quinto sistema agrário, **Sistema Agrário Contemporâneo Inicial**, desenvolveu-se no início do século XX. Esse sistema agrário teve como origem o processo de implantação de frigoríficos no Rio Grande do Sul. As novas exigências do

mercado e o aumento da disponibilidade de bens e serviços permitiriam a melhoria dos sistemas de criação de bovinos (introdução de raças europeias tipo carne, cercamento dos campos, utilização de insumos, etc.) implantados nas estâncias. Outro elemento marcante nesse sistema agrário foi o surgimento do cultivo de arroz irrigado em algumas regiões com planícies baixas e grandes várzeas (Camaquã, Guaíba, Cachoeira do Sul, entre outras).

O sexto e último sistema agrário, **Sistema Agrário Contemporâneo Atual**, teve início nos anos 1960/1970 e foi marcado pelo surgimento e expansão da Revolução Verde. Verificou-se uma melhoria nos sistemas de criação de gado de corte extensivos, com uma crescente utilização de insumos agrícolas de origem externa (adubos, vacinas, complementos minerais, etc.) e a disponibilização de novas tecnologias (inseminação, manejo das pastagens, suplementação mineral, etc.). Por fim, assistiu-se à expansão e modernização da rizicultura irrigada, à introdução de novas lavouras (especialmente o cultivo da soja) e atividades agrícolas (especialmente o reflorestamento em grandes áreas com espécies florestais exóticas).



Bovinos da raça Franqueiro, de origem ibérica
Fotografia de Lovois Miguel, 2005.



Plantação de arroz irrigado na planície costeira
do Rio Grande do Sul (litoral norte)
Fotografia de Lovois Miguel, 2006.

EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NA REGIÃO DE FLORESTAS

A reconstituição da evolução e da diferenciação dos sistemas agrários da região de Florestas, no Rio Grande do Sul, evidenciou a existência de quatro grandes sistemas agrários, desde o período pré-colombiano até os dias atuais.

O primeiro sistema agrário identificado, **Sistema Agrário Indígena**, apresenta características semelhantes às descritas anteriormente para a região de Campos. No entanto, constata-se a existência concomitante, mas não necessariamente sobreposta, do **Sistema Agrário Caboclo**. Com efeito, algumas regiões de florestas foram colonizadas de maneira espontânea por indivíduos de origem luso-brasileira/mestiços. Muitas vezes estabelecendo laços próximos com as populações indígenas locais, essas populações implantaram um modo de exploração da natureza baseado na agricultura (com o sistema de derrubada-queimada) e na coleta/caça. Embora essa exploração fosse fortemente no autoconsumo, os agricultores mantiveram vínculos com o mercado (erva-mate, alguns excedentes agrícolas, etc.).

O segundo sistema agrário, **Sistema Agrário Colonial Inicial**, teve sua origem no processo de colonização das áreas de florestas por parte de colonos europeus, principalmente alemães (a partir de 1824) e italianos (a partir de 1875). Esse sistema agrário compreende a fase inicial do processo de colonização, nitidamente marcado pela implantação dos estabelecimentos agrícolas em pequenas glebas. As áreas agrícolas atribuídas aos colonos variavam entre 77 hectares (para as primeiras colônias alemãs) e 25 hectares (para as colônias italianas). Realizando inicialmente a agricultura com o sistema de derrubada-queimada, esses colonos não tardaram a implantar, ao menos parcialmente, sistemas de cultivo com tração animal leve. Grande parte da produção era destinada ao autoconsumo, e apenas poucos excedentes agrícolas ao mercado.



1

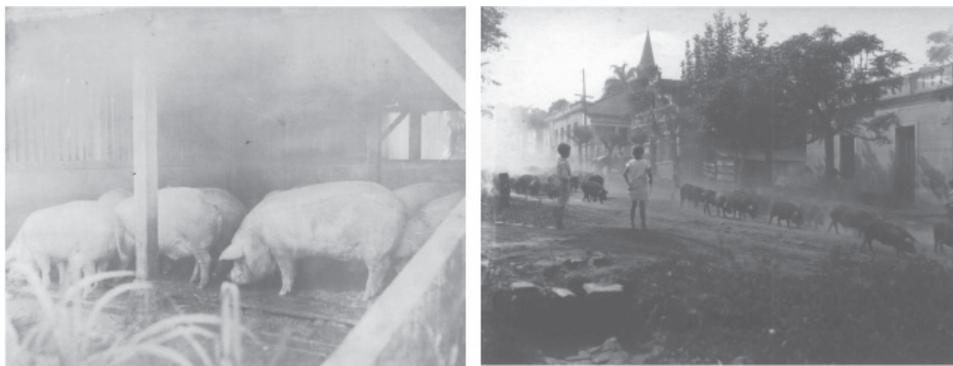


2

O desmatamento no período colonial
no Rio Grande do Sul
(1) *A Conquista*, de José Lutzenberger [s. d.]
e (2) Fotografia de Hugo Gerhardt, 1930

O terceiro sistema agrário, **Sistema Agrário Colonial Contemporâneo**, corresponde ao período de estabilização e de crise do modelo colonial. Esse período foi marcado pela ampliação da produção de excedentes agrícolas (em especial de suínos, derivados de leite, produtos coloniais diversos, etc.) e de uma maior inserção no mercado. No entanto, a limitação das superfícies agrícolas disponíveis e o aumento da população acarretaram uma crise no sistema de cultivo com tração animal leve. Essa crise levou a um processo contínuo e intenso de êxodo rural (“enxameamento”) dos agricultores e de seus descendentes para novas regiões de colonização, no Rio Grande do Sul (as colônias “novas”), como também em outros estados (Santa Catarina, Paraná e Centro-Oeste do Brasil).

O quarto e último sistema agrário, **Sistema Agrário Contemporâneo Atual**, é marcado pela adoção e disseminação da Revolução Verde. As limitações e restrições para o aumento da produção agrícola são superadas com a intensificação do uso de insumos de origem industrial (agrotóxicos, adubos químicos, etc.), a motomecanização (ainda que muitas vezes parcial), a modernização das instalações (aviários e pocilgas, estufas e galpões, etc.) e a adoção de plantas e animais selecionados. Consta-se certa especialização da agricultura colonial, em especial com o advento da integração com as agroindústrias (suínos, aves, fumo, etc.). Consta-se também o aparecimento de áreas de cultivo de grandes lavouras (sobretudo de soja e milho).



1

2

(1) Criação de suínos tipo "banha" – (2) Manada de suínos a caminho do abatedouro em Hamburgo Velho – Rio Grande do Sul, no início do século XX

Fotografias de Hugo Gerhardt, 1930.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDREATTA, T.; BEROLDT, L.; WANDSCHEER, E. A. R.; MIGUEL, L. de A. Origens da formação agrária sul-rio-grandense no contexto brasileiro. 47º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Porto Alegre, 2009. *Anais*. CD-ROM. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/678.pdf>>.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. da UNIJUI, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. *Ambiente e lugar no urbano*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p.13-34.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p.27- 38.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANAMA/PGDR. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné /RS*. Porto Alegre: PROPESq/UFRGS, 2000. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/523.pdf>>.

ANDREATTA, T. *Febre aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores*

de leite de Joia. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, 2003. Dissertação de Mestrado. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000377381&loc=2004&l=5fb6c45998acbe82>>.

BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. da UNIJUI, 1997.

CALCANHOTTO, F. A. *Diagnóstico e análise de sistemas de produção no município de Guaíba/RS: uma abordagem agroeconômica*. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em Economia Rural/UFRGS, 2001. Dissertação de Mestrado. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000305588&loc=2005&l=362f0c5048b8feeb>>.

COTRIM, M. S. *'Pecuária Familiar' na região da 'Serra do Sudeste' do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroecônômica do 'pecuarista familiar' no município de Canguçu/RS*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS 2003. Dissertação de Mestrado. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000392935&loc=2004&l=c98ffcaa145a36d8>>.

FERREIRA, J. R. C. *Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã/RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em Economia Rural/UFRGS, 2001. Dissertação de Mestrado. Disponível em:

<http://www6.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/mestrado/mpgdr_ferreira_n223.pdf>.

FIALHO, M. A. V. *Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti/RS*. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em Economia Rural/UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000305893&loc=2005&l=1c9e04614593d87c>>.

KERN, A. A. *Antecedentes indígenas*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

KÜHN, F. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LAZZAROTTO, D. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Ijuí: Ed. da UNIJUI, 2001.

MACHADO, R. T. *Análise socioeconômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal/RS*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, 2001. Dissertação de Mestrado. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000315862&loc=2004&l=958f356e20038671>>.

MOURA, L. G. V. *Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo/RS*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, 2002. Dissertação de Mestrado. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000373824&loc=2004&l=6e651231a400204d>>.

MÜLLER, C. A. *A História Econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: BANRISUL, 1998.

RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Selbach, 1956.

SANTOS, M. A. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

___. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCHMITZ, P. I. (Org.). *Pré-História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas / UNISINOS, 2006. Disponível em:

<<http://www.anchietano.unisinis.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>>.